

João Pedro Alves - NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 226-229.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r2)

**NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp.**

A Ordem do Templo está, com certeza, entre as ordens religioso-militares que maior interesse tem suscitado não só entre a comunidade científica, mas também junto de um público mais amplo, externo à academia. Como tal, conta com uma profícua e ampla bibliografia. Não obstante, a temática encontra-se longe de esgotada, e a mais recente obra de Rui Nobre, “*A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*”, é disso exemplo. Trata-se da sua tese de doutoramento, defendida em fevereiro de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação científica do Prof. Doutor Saúl António Gomes, vertida agora em livro com algumas alterações e correções pontuais.

A leitura inaugura-se com os prefácios de Saul António Gomes (Universidade de Coimbra) e Philippe Josserand (Nantes Université), a que se segue a introdução, onde se enceta uma aturada, todavia não plenamente exaustiva, exploração do estado da questão e produção historiográfica em torno do Templo, recuperando as narrativas e escritos mais relevantes desde o século XV até tempos mais recentes, nas suas múltiplas vertentes. A estrutura interna da obra faz jus à tripartição definida pelo seu subtítulo, refletindo uma divisão centrada nas três grandes temáticas em estudo.

A primeira parte debruça-se sobre os “Homens” da milícia templária em Portugal. Numa primeira instância, analisam-se os dados coligidos com recurso à prosopografia, incidindo sobre matérias como o processo de recrutamento dos seus membros, uma interessante estimativa da dimensão demográfica dos templários em Portugal, o seu perfil socioeconómico e a estrutura hierárquica que regia a organização interna da milícia. Se, por um lado, se deve salientar as úteis cronologias dos mestres, procuradores, comendadores-mores e comendadores, por outro, fica-nos a impressão de que mais haveria para extrair do vasto volume de dados analisado, que poderia ter resultado numa análise mais profunda, reflexiva e original dos tópicos referidos. Na segunda secção do capítulo, é-nos apresentado o impressionante catálogo prosopográfico reunido, composto por 392 indivíduos. A exposição segue o modelo de notícia biográfica, dando primazia ao elemento narrativo; a sua disposição replica a hierarquia da milícia, iniciando-se no mestre e culminando no patamar mais baixo, sendo cada categoria apresentada de forma seccionada. À exceção da categoria dos mestres e

João Pedro Alves - NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 226-229.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r2)

procuradores, que surge organizada cronologicamente, as restantes obedecem à tradicional ordem alfabética.

O segundo capítulo aborda o “Património” da ordem templária, com foco em cadastrar e inventariar os bens urbanos e rurais detidos pela Ordem entre os séculos XII e XIV, com base nas inquirições régias e no acervo do cartório do Templo. Após uma breve caracterização dos bens imóveis acumulados por meio de compras, permutas e doações, o subcapítulo seguinte detém-se no perfil social dos doadores – a coroa e família real, nobreza, clero e “vilões”. Assim como os tipos de doação, dominados pela entrega de terras, mas onde também se elencam ofertas de rendimentos, direitos e inclusive de equídeos. O capítulo encerra com uma ampla discussão e mostra da distribuição geográfica do património templário no reino, organizada num primeiro nível à escala da rede diocesana pré-1415 e, dentro de cada diocese, uma divisão assente na atual rede concelhia. Consideramos que uma organização com base na rede comendatória teria sido uma opção melhor, pois esta divisão administrativa é a que melhor representa o núcleo patrimonial da milícia. É de louvar o esforço empregue na georreferenciação dos topónimos recolhidos e a sistematização dos dados em tabelas, quadros e da cartografia com um conjunto de 18 mapas que permitem uma leitura articulada e clara do enorme volume de informação arrolada.

Por fim, o terceiro e último capítulo versa sobre as diversas facetas dos “Poderes” acumulados pela milícia templária. Destaca-se o poder político-administrativo, com uma reflexão acerca das relações tecidas com a coroa, bem como o impacto dos alinhamentos políticos tomados pelos templários, a par dos avanços bélicos para sul, na modelação do seu senhorio territorial. Explora-se também o seu papel enquanto entidade dinamizadora do povoamento e fixação de população e sua ação administrativa nas terras que foram sendo colocadas sob seu domínio, com recurso extensivo às informações legadas pelos forais destes concelhos. Por outro lado, é equacionado o poderio militar à disposição do Templo, tido como a sua *raison d'être*, no que respeita à sua capacidade de mobilização, dimensão de contingentes, organização, cadeia de comando em batalha e armamento ao seu dispor. Partindo depois para a análise das estruturas militares defensivas sob a sua responsabilidade, como castelos, torres e atalaias, e o seu respetivo valor geoestratégico na defesa fronteiriça do reino.

A participação dos freires na “guerra justa” conduzida no espaço do reino português mereceu um sumário apartado próprio; ação bélica pautada por um período inicial de

João Pedro Alves - NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 226-229.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r2)

insucessos, tendência invertida por volta de 1145, mas que se manteve, porém, como uma missão secundária diante do foco principal de combate no Oriente Latino, contrariando assim a tese da precoce “nacionalização” do Templo. Há ainda uma breve, mas interessante, subsecção consagrada ao socorro da Terra Santa, tema olvidado pela historiografia portuguesa, onde se procura analisar o envolvimento do ramo português da Ordem nas guerras cruzadísticas do Médio Oriente e noutros lugares através do envio de homens e recursos, e os seus contactos com o convento central. No que concerne ao poder espiritual, foi ensaiada uma reconstituição da rede eclesiástica à disposição da Ordem, composta por 60 igrejas, e um detalhar dos direitos e privilégios eclesiásticos que permitiram o acesso a rendas, bens patrimoniais e a submissão direta à autoridade papal. Assim como um retrazar dos pleitos e conflitos entabulados com o clero regular e autoridades diocesanas em prol da defesa e manutenção desses privilégios e direitos. A última dimensão abordada reporta-se aos recursos económicos e às diversas fontes de rendimento à disposição da Ordem e à forma como estes eram explorados e dinamizados pelos homens do Templo.

A secção “Considerações Finais” contempla um resumo equilibrado dos temas e aponta os obstáculos responsáveis pelas limitações inerentes à investigação. Apesar do exemplar esforço de síntese, a obra ressent-se da ausência de uma conclusão propriamente dita, onde se promova uma reflexão mais aprofundada e problematizada sobre os resultados obtidos, assim como um reafirmar da argumentação tecida, que permitiria vincar as contribuições inovadoras oferecidas. Segue-se a lista de fontes e bibliografia, marcada pela ausência de alguns trabalhos de autores estrangeiros úteis a este estudo. Por fim, há um anexo com a listagem dos bens da Ordem em Portugal e sua correspondente localização e distribuição diocesana e por concelho atual, funcionando como legenda para os mapas.

Alicerçada num amplo, mas não exaustivo, *corpus* documental, dominado pelo latim e de difícil análise e interpretação, a obra apresenta um plano que abarcou diversas problemáticas, temas e hipóteses. O qual, embora meritório, impediu o autor de explorar com maior detalhe e em todo o seu potencial os dois temas que, a nosso ver, se destacam como os contributos mais significativos: o estudo do universo sociológico do Templo em Portugal e o refutar da narrativa nacionalizante em redor da Ordem em favor do destaque do seu cariz transnacional. No cômputo geral, pela abundância de dados e instrumentos de trabalho (tabelas, quadros e mapas), pela vasta panóplia de temas, espaços, cronologias, eventos e agentes

João Pedro Alves - NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 226-229.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r2)

explorados, e pela capacidade de renovar e acrescentar aos conhecimentos preexistentes sobre a presença templária no reino português, a obra de Nobre afirma-se e aconselha-se como leitura obrigatória para todos aqueles que se debruçam sobre o estudo da Ordem do Templo em Portugal.